

WALDISA RÚSSIO E A POLÍTICA MUSEOLÓGICA

Inês Gouveia¹

Agradecimentos

Antes de passar ao tema, registro o agradecimento ao Sistema Estadual de Museus pelo convite para participar desta 10ª edição do Encontro Paulista de Museus. Também quero parabenizá-los pela criação da medalha de mérito museológico *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*, que é um importante reconhecimento e vem em excelente momento, de revisão e atualização do pensamento waldisiano, conforme as pesquisas apresentadas nesta parte da programação do evento indicam.

Aproveito esta ocasião também para agradecer a todas e todos que contribuíram para minha pesquisa sobre a Waldisa, especialmente aquelas e aqueles que generosamente concederam entrevistas e às funcionárias e funcionários do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), e do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Introdução

As considerações que compartilho resultam de minha pesquisa de Doutorado, cuja tese foi defendida com o título "Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico" (2018). Neste trabalho observei a atuação desta museóloga e, em paralelo, a forma como outros agentes e instituições se relacionaram nos anos 1970 e 1980 no Brasil, no afã de formular e estruturar a Museologia enquanto campo de conhecimento, os museus como prática social e formar os museólogos como agentes desse conhecimento e dessa prática. O recorte da pesquisa que destaco aqui se coaduna com o intento de homenagear Waldisa, explicitando quais foram suas contribuições

¹ Doutora em Museologia e Patrimônio, mestra em Memória Social, Historiadora. Articuladora da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

originais para o campo museológico e como ela se tornou uma referência, mesmo sem integrar a tradição que embasava a área.

Campo museológico

Para a pesquisa, utilizou-se a compreensão de que nos anos 1970 e 1980 estava em processo um campo museológico que abarcava museus, cursos de Museologia, trabalhadores de museus, associações, o Comitê brasileiro do Conselho Internacional de Museus, e, posteriormente, os conselhos de Museologia. Um campo também em interlocução – às vezes mais próxima às vezes mais distante – com o campo do patrimônio. A noção de campo utilizada tomou como referência a noção teórica e metodológica de Pierre Bourdieu. Esta noção, repetida e ampliada em grande parte da produção do sociólogo, compreende que os campos são formados por indivíduos e instituições que partilham interesses e que por isso, atuam na construção, manutenção ou transformação de uma lógica instituída. Em torno de um campo se estruturam agentes com diferentes funções: produção, consagração, crítica, legitimação, etc. Em torno dessas funções se organizam posições nas quais agem os indivíduos e instituições, sempre relativamente uns aos outros, em torno da obtenção e da retenção de capitais simbólicos. Esses capitais são negociados no interior do campo, com base naquilo que cada um dos agentes pode oferecer e deseja lucrar (BOURDIEU, 2013).

Os campos não têm limites pré-determinados e são constantes as disputas a respeito de quem (ou o que) está dentro ou fora dele. Uma das primeiras regras que os grupos dominantes utilizam na manutenção de sua situação é dizer aquilo que pode ou não ser tomado como algo endógeno e próprio do campo. No contexto museológico, os agentes negociam o poder de dizer o que é o museu, para que ele serve, quais são os conhecimentos que estruturam a Museologia e quais são as bases do saber-fazer específico do profissional museólogo. Uma lógica que, por dentro do campo corresponde à troca de capitais simbólicos, mas que por fora do campo, também estruturam a própria autoridade de dizer o que deve ser lembrado e esquecido. De modo geral, nessa visão bourdieuana, apesar das transformações sociais inevitáveis, dadas pelo curso complexo da História, os agentes dominantes se estruturam na conservação das próprias estruturas para que se mantenham nas posições dominantes. Estrutura, pensamento e produção de conhecimento tendem então a se alinhar à conservação. Com isso, os paradigmas se impõem, modelos explicativos se consolidam e organizam o pensar e o fazer de gerações de agentes atuantes dentro dos campos.

Em virtude do desejo de reprodução, pela permanência de modelos explicativos, se combatem e refutam direções que poderiam aportar novos conhecimentos e outras práticas. Uma parte importante da lógica vivida em qualquer campo é a capacidade de convencimento, de naturalização dessa ordem instituída. Fundam-se crenças que possibilitam que os agentes atuem com certa coesão, operando as regras às vezes como se fossem dogmas.

Observar essa perspectiva com relação à lógica de funcionamento dos campos sociais e, por associação ao campo museológico, é particularmente importante para perceber como se instituem e se mantêm os movimentos mais progressistas e mais conservadores. E é particularmente interessante, neste caso, para observar como Waldisa Rússio construiu suas estratégias na tentativa de romper com a reprodução do que estava instituído no campo museológico, indo contrariamente a um fluxo dominante.

Bens Culturais e Sociais

A noção de patrimônio que embala a ideia de acervo, de preservação, de bem cultural, tem vínculo com a seleção daquilo que é supostamente representativo de uma identidade coletiva. Conforme vem sendo debatido por diversos autores (notadamente Ulpiano B. de Meneses), tomado como referência cultural, o patrimônio pode servir para o estudo da sociedade que o produz material e simbolicamente e pode ser observado como expressão das relações que atribuem ao bem esse caráter de singularidade. Como diversos autores nos ensinaram, inclusive Waldisa Rússio, nada contém em si a essência do valor patrimonial. Essa condição é sempre forjada com base na decisão de um grupo de indivíduos, apoiada em princípios administrativos, jurídicos e técnicos.

Apesar desta compreensão problematizadora já existir há décadas, quanto mais eficaz é a estratégia de manutenção de um determinado valor patrimonial, mais soará como um valor natural, como se sua distinção emanasse do próprio objeto, material ou imaterial. Essa suposta aura, que espelha a condição de patrimonializar, se traduz em dogmas que fixam, por um longo tempo (anos, décadas), a ideia daquilo que deve merecer atenção do Estado, apelo público e deve ser celebrado e rememorado como referência cultural.

As definições quase estáticas estruturam posições; determinadas posições estruturam as relações entre os agentes, sempre uns relativamente aos outros. É neste ambiente e fluxo que se cambiam os capitais simbólicos. Nos campos museológico e do patrimônio aqueles agentes (instituições e indivíduos) que tem mais capitais simbólicos são os que concorrem para definir os critérios da memória e do esquecimento e que, por conseguinte, conseguem fazer valer seus princípios no tempo. Tanto os indivíduos quanto os princípios são orientados por objetividades e subjetividades, motivados por ideologias, crenças, filiações intelectuais e políticas. No campo museológico, assim como no campo do patrimônio, acervos e museus instituem-se de acordo com uma determinada visão sobre o que é digno de ser guardado, conservado, documentado, pesquisado e exposto. Diversos são os agentes que podem influenciar na elaboração dessa visão: uma pessoa, grupo, instituição, lei ou órgão administrativo.

De um modo geral, o que é considerado digno de ser preservado nos museus resulta de critérios formulados, reconhecidos, legitimados, ensinados e certificados entre indivíduos e instituições. Assim, na tônica do campo museológico nacional até os anos 1970 o valor predominante para que algo fosse considerado digno da preservação se relacionava com a dimensão histórica e estética, critérios estruturantes então da própria noção de patrimônio.

Com coleções formadas a partir das elites econômicas e culturais, são os valores destes grupos que predominarão na elaboração da noção de patrimônio. Historicamente este conjunto muito restrito de bens se impôs como a memória oficial. Os valores inerentes às coleções foram (ou são) operados no campo museológico e naturalizados, como se exprimissem uma noção universal de História e Arte ou como se a sua exemplaridade não fosse forjada pelas condições sociais que produziram os bens materiais. Quanto mais centrada na materialidade daquilo que se preserva, como se dava até pelo menos a década de 1970, mais se valorizava sua dimensão de artefato raro, excepcional em sua técnica e qualidade estética.

No campo museológico que Waldisa Rússio se inseriu, na década de 1960, os agentes produziam e divulgavam uma visão de museu cujo centro era o acervo. Reproduziam-se, com pouca perspectiva crítica, os valores dominantes evocados pelas coleções, sem se problematizar o contexto em que essas coleções foram formadas e forjando-se uma ideia de memória do outro, que de um ponto de vista histórico, científico e artístico formulava um discurso de exemplaridade hegemônica e

homogeneizante. Esta decisão estava amparada em um repertório de conhecimentos técnicos, estruturados na formação em Museologia, com voz e eco na prática dos museus e no discurso de museólogos do período.

Não se ignora que mesmo antes dos anos 60 já havia, exceções a essa perspectiva, tanto entre os museus, quanto entre os indivíduos que pensavam estas instituições. Mas essas “museologias transgressoras”, como refere professora Cristina Bruno (2011), nem sempre estavam na interlocução direta, por dentro do campo museológico, disputando os sentidos instituídos e buscando transformar a visão dominante exercida no campo. Diante deste contexto é que se considera² que Waldisa Rússio aportou uma perspectiva nova, porque se imbuíu da responsabilidade de formular e divulgar outra perspectiva de museu e Museologia, ao mesmo tempo em que se empenhou em criticar os dogmas que alicerçavam o campo.

A novidade em Waldisa Rússio

Destacam-se a seguir aspectos da trajetória de Waldisa Rússio que são importantes para pensar sua atuação, as relações no campo museológico e suas consequências. Importa indagar quais foram as condições e estratégias que a museóloga utilizou para se inserir nas disputas internas no campo, a partir de São Paulo (que, apesar de muitos museus, não tinha uma tradição de formação em Museologia). Ou seja, quais foram experiências e conhecimentos que autorizaram Waldisa Rússio a ter uma fala paulatinamente mais ouvida e legitimada pelos pares no campo museológico, ainda que também tenha sido combatida?

Nascida em 1935, Waldisa Rússio tinha cerca de 35 anos quando passou a trabalhar diretamente no campo museológico, a partir de instituições estaduais em São Paulo, nos anos 1970. Ela já era uma profissional experiente na administração pública e havia cursado Ciências Jurídicas no Largo de São Francisco, um dos mais renomados e concorridos cursos do país e, por isto mesmo, uma formação quase exclusivamente destinada a homens brancos, economicamente favorecidos. Nascida mulher, reservava-se a ela uma condição social que não pode ser desprezada para pensar sua trajetória, especialmente considerando que não vinha das classes dominantes. Havia começado a trabalhar cedo e, rompendo com o que era previsto, chegou ao nível

² Uno-me aqui a outras autoras e autores que se dedicaram a analisar as contribuições de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, a exemplo de Maria Cristina Oliveira Bruno (2010), Manuelina Maria Duarte Cândido (2003), Lea Blezer (2017), Priscila Arigoni Coelho (2015), entre outras.

superior de ensino³. Acompanhou, portanto, o início da aceitação social com relação aos estudos e a profissionalização das mulheres no Brasil. Eram anos em que os homens ainda eram tomados como os “chefes do lar”, sendo sua a responsabilidade de prover economicamente a família, enquanto a mulher tinha como obrigação se domiciliar junto ao marido e, por extensão, ter os cuidados do lar como principal ocupação⁴.

Com aproximados 45 anos e bastante experiência de trabalho, Waldisa fez cursos, estágios e visitas técnicas em museus dentro e fora do Brasil. Conhecia todos ou quase todos os museus de São Paulo, o estado com o maior número dessas instituições no país. No fim dos anos 1970 voltou aos estudos sistemáticos, cursando o mestrado e depois o doutorado, na Fundação Escola de Sociologia e Política. Em ambos os trabalhos de pesquisa analisou os museus, relacionando os dados que obtinha via administração pública, observações históricas, conhecimentos teóricos e técnicos, com vistas a apresentar críticas, recomendações e projetos de museus. Vale destacar que no campo museológico dos anos 1970 e 1980 ainda eram poucos os profissionais que se dedicavam ao pensamento reflexivo e menos ainda aqueles que faziam esta elaboração em forma de pesquisa acadêmica. Até 1977 a formação em Museologia era oferecida apenas no Rio de Janeiro e na Bahia e só como curso de graduação. Aos egressos destes cursos, numericamente poucos frente a um contingente de museus que se avolumou no século XX (CHAGAS, 2006), esperava-se que se dedicassem ao trabalho nas instituições, privilegiando-se os conhecimentos e cuidados relativos à dimensão material do acervo.

Um dos importantes estímulos à pesquisa em Museologia foi dado com a criação em 1977 do primeiro Curso de pós-graduação, fruto inicialmente da parceria entre o Museu de Arte de São Paulo e a FESP e, posteriormente assumido apenas por esta última. O curso foi fundado segundo a concepção de Waldisa Rússio, que o dirigiu e nele lecionou até 1990. Foi a partir deste lugar que a paulistana criou um ambiente de formulação teórica, reflexiva e prática da Museologia, enquanto área de conhecimento; uma posição fortalecida pela relação com alunos e orientandos e amplificada pelo contexto de adesão e divulgação de suas ideias. Na condição de diretora do Curso e, posteriormente Instituto de Museologia, Waldisa também se beneficiou da condição institucional que favorecia sua relação com outros agentes no Brasil e no exterior. Ao

³ Aparentemente Waldisa Rússio foi a única entre seus 03 irmãos a fazê-lo, conforme: TELLES, Leda Xavier. Entrevista concedida a Inês Gouveia. São Paulo, SP. 10/2016.

⁴ Brasil. Código Civil de 1919, Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso: 05/03/2017. O artigo em questão foi alterado por: Brasil. Lei n.º 4121 de 1962. O Código Civil foi substituído por: Brasil. Lei n.º 10.406 de 2002.

se corresponder com outros profissionais deste e de outros campos culturais, ela ora assinalava seu lugar de professora e coordenadora deste espaço de formação, ora registrava seu lugar de diretora do Museu da Indústria⁵, conforme seu desejo de interlocução. Em síntese, Waldisa atuou em diversas frentes concomitantes do campo museológico e lançou mão destas posições de acordo com seus intentos.

Tanto as suas pesquisas acadêmicas, quanto as circunstâncias de estudo continuado criadas no contexto do Curso/Instituto, ampliaram as condições de Waldisa Rússio para contribuir com o campo museológico. Isso se observa por meio de seus textos, que versavam sobre questões técnicas e práticas do fazer museológico e os aspectos mais reflexivos da formação em Museologia. Evidencia-se que ela, e a formação pós-graduada da FESP, não refutavam o conhecimento técnico que decorre da necessidade de lidar com a materialidade do acervo. Mesmo que o centro de sua perspectiva museal fosse a relação entre a elaboração da memória e a dinâmica social, Waldisa ressaltava a necessidade de que os procedimentos metodológicos e técnicos fossem considerados.

A capacidade de escrever, publicar e divulgar suas ideias também destoava do que era corrente no campo nos anos 70 e 1980. Aproveitando as oportunidades profissionais, de estágios internacionais e de trato com a vida política e administrativa, Waldisa refletiu sobre aspectos diversos da Museologia, costumeiramente utilizando uma perspectiva analítica. Tem relação com isso também a variedade de contexto e formato de suas comunicações e publicações. Ela tanto publicou em jornais de grande circulação, quanto coordenou publicações a partir das instituições que dirigiu⁶. Sobre a circulação de suas ideias, aqueles que conviveram com ela contam⁷ que era seu hábito copiar e distribuir seus textos, pessoalmente ou pelo correio, o que também se confirma em várias correspondências nacionais e internacionais, hoje depositadas no Arquivo do IEB. Esse gesto possibilitou, por exemplo, que logo nos anos 1980 os alunos de Museologia da Bahia (UFBA) tomassem contato com as ideias waldisianas, que nesta relação já era considerada uma referência brasileira para o pensamento museológico.

A museóloga paulistana criou em torno de si e das instituições que dirigiu uma potente rede de relações com profissionais do campo nacional e internacional. Articulava essa rede com esmero, aportando inclusive seus recursos privados. No Instituto de

⁵ Instituição ligada ao Governo do Estado de São Paulo, concebida por Waldisa Rússio, conforme se explicita em sua tese de doutorado.

⁶ O que fica evidente pelo conjunto de textos reunidos, por exemplo na publicação organizada por Bruno (2010).

⁷ De acordo com entrevistas concedidas para a tese, conforme GOUVEIA (2018).

Museologia empregava os livros e textos que trazia de fora do país e enviava para instituições estrangeiras aquilo que estava sendo elaborado no Brasil. Do mesmo modo, colocava profissionais em contato via correspondência, remetendo às instituições estrangeiras os nomes e endereços de agentes brasileiros. Ou seja, Waldisa foi capaz de ampliar o acesso à produção de conhecimento museológico, inclusive para além do seu ciclo de relação em São Paulo, aspecto importante num país com a extensão territorial do Brasil, considerando os limites tecnológicos dos anos em questão⁸.

Política museológica e participação social

Ao criticar o modelo de museu hegemônico em sua época, Waldisa também criticou as instituições que no Brasil representavam essa perspectiva. Com isso, do mesmo modo que suas boas relações estão fartamente registradas em seus documentos, as discórdias também estão. São indícios importantes que não devem ser lidos apenas como expressão das relações pessoais e dos temperamentos dos agentes envolvidos, mas como evidência de visões diferentes, às vezes contrastantes a respeito da Museologia e dos museus.

Entusiasta da crítica internacional quanto à função social dos museus, própria da década de 1970, Waldisa Rússio trouxe essa perspectiva para o campo museológico nacional. Não era a única que repercutia a crítica, mas era possivelmente a que melhores condições tinha para ser ouvida, como agente autorizada a elaborar uma visão própria de museu e de Museologia, atitude afim com seu ensejo de estruturação da Museologia enquanto campo de conhecimento. Deste modo, destacou-se não apenas por elaborar e repercutir as críticas, mas por inseri-las no campo e conseguir fazê-las aflorar entre os seus pares, especialmente em São Paulo e na Bahia.

Waldisa Rússio considerava que os ecomuseus tinham sido uma das contribuições originais e mais importantes da Museologia de seu tempo (RÚSSIO, In: BRUNO, v. 1, 2010, p. 123). Possivelmente influenciada pelo pensamento da museóloga cubana Marta Arjona – uma das profissionais que admirava e com quem buscava interlocução – ministrou cursos de *Museologia Popular* em São Paulo, Bahia, Minas Gerais e em

⁸ É importante recordar que neste período, as pessoas e as instituições se correspondiam de modo escrito, por ofício, carta, telegrama e afins. O uso do telefone era restrito e um serviço considerado dispendioso para as poucas famílias de classe média. As ligações interestaduais e interurbanas eram ainda mais custosas e difíceis.

Belém. Incentivava (pelo intento do curso e por seu conteúdo), que os saberes acadêmicos estivessem integrados a um exercício público e democrático de elaboração e decisão de memória.

A museóloga paulistana exercitou sua visão política sobre a Museologia e a função dos museus em diversas esferas. Ela compreendia que o Estado tinha um papel fundamental a desempenhar no estabelecimento de parâmetros sobre como deveriam ser exercidos os direitos culturais demandados e elaborados desde os fins da década de 1970, e que ganharam correspondência com o clima político do Brasil, com a redemocratização. Ela foi interlocutora insistente da Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo quanto à necessidade de construção de uma política cultural e neste contexto, de uma política museológica. Destacava criticamente que as políticas de preservação historicamente se davam em benefício de alguns grupos socioeconômicos e, ao falar de um “sistema museológico”, colocava em debate a ação do Estado, compreendendo que este deveria regular o setor, explicitando como esse serviço (público) deveria ser prestado à sociedade. Questões como esta figuram, por exemplo, em texto publicado em 1976, no Boletim da Casa Brasileira (Rússio, In: BRUNO, 2010, p. 57).

Waldisa Rússio também utilizou sua experiência e sua rede de relações para se inserir no debate de construção de políticas públicas que se organizavam a partir do Ministério da Cultura, logo que este foi criado em 1985. Por sua própria iniciativa, a Associação Paulista de Museólogos (ASSPAM), instituição que fundou e dirigiu, elaborou uma síntese para a formulação de uma política museológica nacional, documento que foi assinado juntamente com o Comitê Brasileiro do ICOM e a Associação Baiana de Museólogos e entregue pessoalmente por seus representantes no então recém-criado Ministério⁹. Esse diálogo rendeu a Waldisa a chamada para participar de outras reuniões da Cultura, que tardiamente – e de modo descontinuado – elaborava seu primeiro plano de trabalho como pasta autônoma¹⁰.

Vale sinalizar que o ensejo de formulação de uma política museológica no Brasil precede a iniciativa de Waldisa Rússio. Um exemplo disso se tem com o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado na Fundação Joaquim Nabuco (PE), dez

⁹ As atas da ASSPAM evidenciam isso, que também pode ser observado em: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, caixa: 085, código do documento: 18.0327.

¹⁰ Pesquisadores indicam que as políticas públicas de Cultura se iniciaram no Brasil ainda nos anos 1930, no entanto, a descontinuidade foi uma constante, mesmo após os anos 1980, quando o Ministério foi enfim criado em 1985, para ser fechado em 1990 e reaberto em 1992.

anos antes. Segundo os registros, o evento estava relacionado à elaboração da Política Nacional de Cultura à época e correspondia ao estabelecimento do fundamento legal da ação do “Governo no campo cultural¹¹”. O conteúdo da proposta e a forma de propor diferenciam-se, entretanto, da iniciativa de Waldisa. O documento dos anos 1970 buscava a atenção do Estado para os museus, mas não previa um debate ampliado para a formulação de critérios para a regulação pública do setor. Considerando as especificidades de ambos os contextos sociopolíticos, observa-se que há um contraste entre o sentido de participação no evento de 1975 e na proposta formulada a partir da ASSPAM em 1985. Isto se reflete desde a estrutura do evento da Fundação Joaquim Nabuco, onde apenas homens, dirigentes de museus, e outros dirigentes (homens) do setor administrativo da Cultura foram convidados a falar. A seleção exprime um contexto, em que as mulheres eram ainda mais alijadas do debate político, mas exprime também um paradoxo quando temos em conta que o campo museológico estava majoritariamente constituído pela presença feminina.

Esse é outro aspecto em que a observação da trajetória de Waldisa Rússio traz acréscimos à compreensão do campo museológico, pois, enquanto os homens eram considerados como “os doutores”, detentores dos conhecimentos mais valorizados, as mulheres eram as “donas”, identificadas a um conhecimento técnico, assessorio, relacionado ao ambiente doméstico. Waldisa Rússio por sua vez, se impôs como doutora, sustentando essa posição *de fato*, pelo reconhecimento que teve de seus pares e *por direito*, em virtude de seu título acadêmico.

Mesmo sabendo que não se instituiu uma política museológica em 1985 e nos anos seguintes, é importante observar esse ensejo de Waldisa Rússio esteve sintonizado com os anseios por uma democracia participativa. Sua visão sistêmica lhe possibilitou uma compreensão sobre o campo que só veio a ter alguma correspondência prática em âmbito federal em 2003, com o desabrochar da Política Nacional de Museus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese que gostaria de deixar no contexto deste evento que homenageia a memória de Waldisa Rússio, é que nas diversas frentes do campo ela representou uma posição de transformação, diante de outras posições instituídas e dominantes de conservação da ordem instituída. Mesmo diante do desejo e do empenho em estruturar o campo

¹¹ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Subsídios para a Implantação de uma Política Museológica Brasileira. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1976, p. 5.

museológico, a atitude de Waldisa foi, na grande parte das vezes, de ampliação de suas fronteiras: interdisciplinaridade, diálogo com outros campos de conhecimento e campos profissionais, publicação em meios de ampla circulação, estímulo à ampliação da participação para as decisões de memória etc. A autora da noção de fato museológico, constantemente recordada como a primeira brasileira a publicar no Conselho Internacional de Museus, e a única expressão da Museologia Teórica na década de 1980 no campo brasileiro, não tinha uma visão positivada sobre os museus. Enfatizava a necessidade de que a decisão de musealizar fosse socialmente debatida e ancorada.

Ao contextualizar a trajetória de Waldisa em relação aos movimentos do campo, constata-se a impossibilidade de relacionar a museóloga a qualquer expressão desvinculada de seu caráter político, crítico e transformador. Mesmo quando o intento é afirmar o pensamento teórico brasileiro, é impreterível recuperar o contexto político em que a noção de fato museológico emergiu.

Para encerrar, recorro e recoloco as indagações de Waldisa Rússio:

Continuam os museus, em sua ação educativa e cultural, no servilismo de atender aos ultrapassados programas escolares, reforçando o engano e o autoritarismo de uma instituição que vem sendo discriminadora e deslembrando que este país tem *35 milhões de menores de rua?*

Continuam, os profissionais de museus, falando apenas de si mesmos e para si mesmos?

Que reconhecimento têm eles da sociedade? No universo de trabalhadores, como nos situamos e agimos? (Rússio, In: BRUNO, 2010, p. 201)

Reafirmando assim a importância de que o pensamento de Waldisa siga sendo revisitado, finalizo expressando o desejo de que ela continue nos inspirando a todas e todos, ao menos enquanto as suas palavras ainda tiverem correspondência com a realidade que nos cerca.

REFERÊNCIAS

BLEZER, Léa. **A Tecitura de uma Museologia Paulista**: Tramas do Ensino Pós-graduado em São Paulo. 2017. 310 p. Dissertação (Mestrado em Museologia)-Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. In: **Museus: o que são, para que servem?** Sistema Estadual de Museus SISEMSP (Org.). Brodowski (SP): ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 2.v. 2010.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro.** Lisboa: ULHT, Cadernos de Sociomuseologia, n. 20, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** São Paulo, Edusp, 2003.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.** Chapecó: Argos, 2006.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985).** 2015. 261p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social - PPGMS/UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015.

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico.** 2018. 375 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPGPMUS-UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2018.